NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 04/07/2013 - Edição Nº849

# Capixabas orgulham todos os vigilantes

Quem insiste em enxergar a luta dos trabalhadores apenas pelo bolso, ou mesmo os patrões que persistem na velha política de tirar seus lucros da troca desonesta da horas extras do trabalhador pela hora normal (o trabalho de 14, 15, 16 horas, por folgas nas jornadas normais), talvez ainda continue sem entender o que leva centenas de homens e mulheres, jovens e não tão jovens, a resistir a tudo e a todos e manter uma greve de mais de 2 meses.

Tive a oportunidade de, durante a greve e hoje na porta do TRT, conversar com muitas e muitos destes colegas e sentir a indignação, a revolta por serem enganados o tempo todo com a velha fórmula tramada nos porões do peleguismo e da traição por patrões e seus asseclas. Estava claro que o que movia os trabalhadores não era somente mais alguns trocados no bolso, mas sim a vergonha na cara, o caráter, o orgulho pessoal característico dos nossos pais, calejados pela selvageria do capital, mas sempre firmes na sua dignidade.

Junto com o companheiro Adriano Linhares, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petropolis (RJ) e alguns outros dirigentes de fora do Espirito Santo, pudemos compartilhar durante a greve e no julgamento desta quarta-feira (3) a confiança, a esperança e a certeza de que a verdade sempre vence.

As lideranças, tendo à frente o guerreiro Damacena, souberam juntar, liderar, buscar os apoios e combater as tentativas patronais de isolamento, desqualificação e desmoralização. Parabéns mulheres e homens do transporte de valores capixabas. Vocês nos orgulham. Orgulham a todos os que têm dignidade, caráter e compromisso com as causas justas.

Vitória (ES), 03/07/2013

***José Boaventura***
***Presidente da CNTV***

# Espírito Santo: Greve legal e fim do banco ladrão

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Espirito Santo decidiu na tarde desta quarta-feira, (03), que a greve de 66 dias dos vigilantes de carro forte da Brinks e Prosegur (únicas empresas do segmento no estado) é legal e decretou o fim do banco de horas, ou banco ladrão, como é conhecido pelos trabalhadores. A decisão inclui ainda reajuste salarial de 12% retroativo a maio, pagamento dos dias parados e estabilidade de 60 dias.

Com a decisão, centenas de vigilantes, trabalhadoras e trabalhadores de tesouraria das empresas, resolveram acatar a decisão da Justiça e encerrar a greve com fogos, muita comemoração e repetindo a velha lição: que ninguém duvide da capacidade de luta de trabalhadoras e trabalhadores, especialmente quando empresas querem tratá-los como escravos.

O SindfortES é um sindicato novo, ainda não tem registro do Ministério do Trabalho, mas aglutinou a categoria, articulou apoio e com sabedoria conseguiu enfrentar todas as tentativas dos patrões de derrotá-los, isolá-los e desqualificar as suas lideranças.

Prova da competência desses companheiros foi a conquista do fim do banco ladrão. Essa foi a decisão mais comemorada. Trabalhar 14, 16 horas e no final do mês nada receber de extras é tratar o trabalhador como escravo.

Além disso, as novas lideranças souberam articular o apoio da CUT, de Sindicatos de diversas categorias no Espírito Santo, de sindicatos de vigilantes do Brasil e até do exterior através da UNI Sindicato Global. Sem salários e dinheiro para comer e pagar as contas, foi a solidariedade (cestas básicas, especialmente) que alimentou as esperanças de vitórias desta turma.

Segundo o diretor do SindfortES, Rodrigo Lube, nesta quinta-feira (4) os vigilantes já estão trabalhando normalmente. “Foi uma grande vitória, não só para os vigilantes do Espírito Santo, mas para a categoria de todo o país, que provou mais uma vez sua força para avançar cada vez mais e resistir às investidas dos patrões que só pensam em se aproveitar”, comemorou Lube.

A CNTV parabeniza o companheiro Damacena, diretoria e trabalhadores do carro forte do Espírito Santo. Nos orgulhamos de vocês.

Os principais itens decididos pelo TRT:

a) Greve Não Abusiva (Greve Legal);

b) Fim do banco de horas;

c) Pagamento de todos os dias da greve, ficando os trabalhadores de compensar metade dos dias no prazo de 1 ano (dispensada no caso de desligamento);

d) Estabilidade de 60 dias;

e) Reajuste de 12% retroativo a 1ºde maio;

f) Risco de Vida /Periculosidade com reflexo em horas extras, férias, etc. (reconhece a aplicação imediata da lei 12.740);

g) Piso de 900 reais para o pessoal de tesouraria (sala de valores);

h) Ticket refeição de 21 reais por dia de trabalho.

***Fonte: CNTV***

# Vereador de Chapecó apresenta Projeto de Lei para criar estacionamentos privativos para transporte de valores

Indo ao encontro de reivindicação antiga da categoria de vigilantes de todo o país, o vereador Valduga (PCdoB-SC) apresentou o Projeto de Lei nº 56/20013, que dispõe sobre a criação de estacionamentos específicos privativos aos veículos especiais destinados ao transporte de valores. O projeto encontra-se em trâmite na Câmara Municipal de Chapecó e deve ser votado no mês de agosto.

A proposta é voltada, além da segurança dos trabalhadores no sistema financeiro, também à população de forma geral. "Hoje os vigilantes são obrigados a usar os serviços oferecidos pelos bancos ou seus correspondentes que não costumam ser adequados. Os estacionamentos ficam em locais abertos e é preciso andar distâncias longas carregando dinheiro para fazer o abastecimento, o que oferece grande risco para todos", condenou o vereador.

Valduga destaca ainda que o projeto também auxiliará no trânsito, pois quando não há estacionamento os carros de transporte de valores são obrigados a estacionar na rua. "Estamos seguros da relevância e impacto positivo na melhoria da segurança dos trabalhadores, bem como de toda a população", afirmou Valduga.

***Fonte: CNTV***

# CUT e centrais conseguem adiar votação do PL 4330 na CCJC da Câmara

Depois de mais de três horas de reunião nesta quarta-feira (3), a CUT e demais centrais sindicais conseguiram abrir um processo efetivo de negociação e, mais uma vez, adiar a votação do Projeto de Lei (PL) nº 4330 que permite a terceirização em todas as atividades das empresas.

A primeira reunião de negociação quadripartite para discutir o PL 4330, que seria votado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) na próxima terça-feira (9), foi realizada na Secretaria-Geral da Presidência da República.

Depois de muito debate, foi decidida a formação de um grupo de trabalho composto por 3 trabalhadores, 3 parlamentares, 3 representantes do governo e 3 empresários, que vão se reunir nos dias 5, 8 e 9 para negociar alterações no PL 4330.

Na tarde do dia 9, os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República) e Manoel Dias (Trabalho e Emprego), os parlamentares, empresários e os dirigentes sindicais vão avaliar se as negociações estão avançando.

Tanto parlamentares quanto empresários fizeram questão de afirmar que, caso não haja consenso até esta data, o PL será votado na CCJ no dia 10. Caso as negociações avancem, a votação pode ser adiada novamente por um período maior até que as partes cheguem a um acordo.

Durante a reunião desta quarta, os parlamentares e os empresários defenderam o PL 4330 argumentando, entre outras coisas, que o projeto garante segurança jurídica para os empresários e para os trabalhadores.

Já a bancada sindical rebateu dizendo que o PL, na verdade, traz insegurança jurídica para todas as partes envolvidas e não atende os interesses da classe trabalhadora, representa mais precarização das condições de trabalho, com enormes prejuízos para a classe trabalhadora.

Por tudo isso, os dirigentes sindicais consideraram a reunião positiva. Para a secretária nacional de Relações de Trabalho da CUT, Maria das Graças Costa, a abertura de diálogo e suspensão da votação, resultados da luta e determinação dos/as sindicalistas, foi um avanço.

"A suspensão da votação do projeto na CCJ no dia 9, aliada ao processo de negociação quadripartite, é um passo importante para as centrais sindicais e para a classe trabalhadora. Agora, temos a chance de mudar o projeto. Do jeito que está, não aceitamos de jeito nenhum".

O ministro Gilberto Carvalho considerou a reunião histórica. "Pela primeira vez nos últimos anos construímos uma mesa quadripartite que pode chegar a um entendimento".

Gilberto pediu o empenho de cada uma das partes para que o processo avance, de forma rápida e madura, pois se tiver entendimento a tramitação tanto no Congresso quanto no governo será muito mais fácil.

Para o ministro Manoel Dias, "o ambiente atual é favorável ao entendimento tanto da parte dos trabalhadores quanto dos empresários". Ele também pediu as bancadas que chegassem a um acordo em um prazo razoável.

O deputado Artur Maia (PMDB-BA), que mais defendeu o PL 4330 durante as três horas de reunião, foi também o que mais demonstrou disposição de negociar e fez várias propostas até chegar ao acordo de adiamento da votação e realização de três reuniões para tentar chegar a um consenso com a bancada dos trabalhadores.

Participaram da reunião representantes de todas as centrais sindicais (pela CUT, além de Maria das Graças Costa, Quintino Severo, secretário de Administração e Finanças); os ministros do Trabalho e Emprego e Secretaria-Geral da Presidência da República; os deputados Artur Maia (PMDB-BA) relator do PL 4330, Sandro Mabel (PMDB-GO), autor do projeto, e Ricardo Berzoini (PT-SP), entre outros e empresários da CNI, CNC e CNA.

***Fonte: CUT***

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Gustavo Bispo

site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Têmeo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF